

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**CEAD - PONTAL DO PARANÁ**

**INCLUSÃO DO EDUCANDO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**CURITIBA**

**2004**

**ALINE LAMBACH CARDOSO**

**INCLUSÃO DO EDUCANDO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização como requisito parcial a  
conclusão do curso de Educação  
Especial/Inclusão, Setor de Psicologia,  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof. Márcia de Sá  
Guimarães**

**Co-orientadora: Prof. Naura Nanci  
Muniz Santos**

**CURITIBA**

**2004**

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1 INCLUSÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>19</b>
<b>4 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>23</b>
<b>5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARANÁ.....</b>	<b>28</b>
<b>6 O PROCESSO DE INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>31</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

**LISTA DE SIGLAS**

<b>CEE</b>	-	<b>Conselho Estadual de Educação</b>
<b>CEEBJA</b>	-	<b>Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos</b>
<b>CNBB</b>	-	<b>Conselho Nacional dos Bispos do Brasil</b>
<b>CNE</b>	-	<b>Conselho Nacional de Educação</b>
<b>EJA</b>	-	<b>Educação de Jovens e Adultos</b>
<b>LDBN</b>	-	<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</b>
<b>MEB</b>	-	<b>Movimento de Educação de Base</b>
<b>MOBRAL</b>	-	<b>Movimento Brasileiro de Alfabetização</b>
<b>PAC</b>	-	<b>Posto Avançado do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos</b>
<b>PNA</b>	-	<b>Plano Nacional de Avaliação</b>
<b>UNESCO</b>	-	<b>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura</b>

## RESUMO

Monografia da especialização em Educação Especial/Inclusão da Universidade Federal do Paraná, com título: Inclusão do Portador de Necessidades Educacionais Especiais na Educação de Jovens e Adultos, o presente estudo tem como objetivo analisar as possibilidades de inclusão do portador de necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sendo essa uma modalidade de educação que atende basicamente educandos que se encontram em situação de exclusão. Entre eles os que estão em privação de liberdade, os que habitam regiões distantes dos centros urbanos, os que evadiram da escola regular porque não se adaptaram ao padrão estabelecido e os que não tiveram acesso a escola. Por isso a possibilidade de desenvolver um trabalho que envolva educandos com necessidades educacionais especiais com o objetivo de prepará-los para uma boa convivência em sociedade, inclusive como forma de garantir sua inserção no mercado de trabalho. A grande dificuldade está principalmente na falta de pesquisa e material de apoio nessa área.

## INTRODUÇÃO

As mudanças históricas no campo das ciências e tecnologias afetam consideravelmente as escolhas profissionais nesse milênio. As novas tecnologias, demandam de um lado, novos profissionais e criam, do outro, novas carreiras, eliminando, reduzindo ou acelerando vertiginosamente as ofertas de trabalho para muitas ocupações. As oportunidades no mercado de trabalho estão mudando quase tão rapidamente quanto a introdução dessas novas tecnologias.

Até pouco tempo atrás, o mercado de trabalho, podia ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com necessidades especiais e seus aliados empenhando-se arduamente para acessar o mercado de trabalho, do outro, os empregadores, despreparados e desinformados sobre as questões da deficiência, cobrados veementemente por não incluírem essas pessoas em seus quadros funcionais.

Naturalmente, esta é uma comparação caricata, mas mostra bem o que geralmente ocorre ao longo do processo de busca de uma colocação no mercado de trabalho que inicia com o preconceito e acaba com a exclusão. É um mundo dividido radicalmente em dois lados: o da sociedade dita normal e dominante e o dos excluídos.

Parece que agora, observa-se uma reversão nesse processo, pois a sociedade já reconheceu que as pessoas com necessidades especiais também fazem parte da história. A garantia de acesso à educação básica é também uma garantia de participação no mercado de trabalho.

É no exercício profissional que o jovem e o adulto com necessidades especiais independente de suas limitações, passa a fazer parte do contexto social, com o crescimento interior e com a exteriorização das aspirações e manifestações mais profundas do ser humano, aspirações que podem se concretizar sob a égide do trabalho. Daí a importância do ensino básico.

A Constituição Federal, em seus artigos 205 e 208 determina, respectivamente, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” e que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...), III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, define o preconceito em relação a essas pessoas como crime.

Também a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, corrobora o dever do Estado com a educação escolar, que será efetivada, como explicita o art. 4º, incisos I a III, mediante a garantia de oferecer ensino fundamental gratuito a todas as crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, às pessoas que não puderam frequentar este nível de ensino em tempo próprio bem como às portadoras de necessidades especiais. Preconiza, ainda, em seus arts. 58 a 60, uma definição, normas e critérios para a educação especial, determinando que este tipo de educação deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A educação das pessoas com necessidades especiais vive, atualmente, momentos de muita reflexão. Neste contexto, insere-se sua inclusão na escola, da educação básica à superior.

Se realmente se deseja uma escola e uma sociedade inclusivas, também a participação de jovens e adultos, incluindo os com necessidades educacionais especiais, deve ser considerada. Todas as pessoas são capazes de se expressar de maneira criativa, fazendo uma abordagem própria da vida, criando expressões novas como respostas às diversas situações excludentes com as quais se defrontam em seu cotidiano.

Segundo FREIRE (2000, p. 52). É preciso aceitar que:

... todo ser que existe no mundo é único e original. Não existiu nenhuma pessoa como você, não existe e nem vai existir. Portanto, é indispensável que cada um assuma aquilo para o que nasceu, descubra sua originalidade, tanto biológica quanto cultural. Mas nos estados autoritários, toda originalidade é combatida, o ser humano é massificado, porque se todos forem iguais tudo fica muito mais simples.

Ou seja, a prática da integração/inclusão se baseia em princípios diferentes dos convencionais: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação, para começar.

É fundamental investir na educação integral da pessoa com deficiência sabendo que esta caminhada não é curta, nem improvisada, mas que deve ser gradualmente alcançada, galgando-se todas as etapas do percurso desde a mais tenra infância até a mais tardia idade. Jamais é cedo ou tarde para qualquer ser humano aprender e para ser incluído no mercado de trabalho e na sociedade.

Assim, o problema que se apresenta está em considerar até que ponto a educação de jovens e adultos tem possibilidade de atender alunos com

necessidades educacionais especiais, permitindo inclusive o acesso desses educandos ao mercado de trabalho.

Esse trabalho de pesquisa bibliográfica define, como objetivo geral, analisar a posição da escola, do professor e do jovem e adulto com necessidades especiais frente à inclusão no contexto escolar da Educação de Jovens e Adultos. Foram estabelecidos como objetivos específicos: fazer uma leitura sobre a educação básica de jovens e adultos, visando compreender o papel dessa modalidade de ensino na sociedade brasileira, que tem por característica ser uma sociedade excludente; fazer uma leitura sobre o processo de inclusão de jovens e adultos com deficiência para apontar características da educação de jovens e adultos que possibilitam a inclusão desses educandos nessa modalidade.

A monografia aqui apresentada, foca inicialmente concepções e objetivos da inclusão, mostrando também preconceitos presentes na sociedade. Posteriormente, fez-se uma análise das políticas públicas referentes a inclusão educacional . Passando então a conceituar a educação de jovens e adultos, e após, fazer um breve histórico dessa modalidade de ensino no Brasil, dedicando um capítulo à EJA no Paraná apresentando as atuais formas de oferta de educação de jovens e adultos. Finalmente, foi abordado o processo de inclusão de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

## 1- INCLUSÃO

Refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da perspectiva sócio-cultural significa que seja considerado, dentre outros fatores, a visão ideológica de realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. Julgamentos de "deficiência", "retardamento", "privação cultural" e "desajustamento social ou familiar" são todos construções culturais elaborados por uma sociedade de educadores que privilegia um só um modelo como o ideal. E geralmente esse modelo é determinado pelo grupo social com mais poder na dinâmica da sociedade.

Não é raro observar dentro do ambiente escolar a visão estereotipada de que crianças vivendo em situação de pobreza e sem acesso a materiais escritos e outros bens culturais são mais propensas a fracassar na escola ou requer serviços de educação especial. Isto porque essas crianças não se adaptam ao modelo construído pelo ideal de escola da classe média, ou ainda, porque essas crianças não aprendem do mesmo jeito e no mesmo ritmo esperado por educadores. Estereótipos prevalecem na prática pedagógica e são resultado da falta de informação e conhecimento que educadores e administradores têm a respeito da realidade social e cultural, e também do processo cognitivo e afetivo das crianças atendidas pelas escolas.

A prática de classificar educandos baseado no que estes não sabem ou não conseguem fazer sozinhos somente reforça o fracasso escolar e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores e metodologias

educacionais, currículos e organização escolar. Aceitar e valorizar a diversidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, religiões, é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos.

Educar indivíduos em salas de educação especial separadas é negar-lhes o acesso à formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem.

Inclusão é um paradigma que estabelece que as políticas, programas, serviços sociais e a própria sociedade devem permitir à pessoa com deficiência acesso igualitário aos recursos disponíveis na comunidade, atendidas as suas peculiaridades, permitindo-lhes exercer o direito de participar da edificação social. A prática de inclusão propõe um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes que exige mudanças na estrutura da sociedade.

O termo inclusão já traz implícito a idéia de exclusão, pois só é possível incluir a que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/exclusão, como luta das minorias na defesa de seus direitos. A idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos seres humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Entretanto, o paradigma da segregação é forte e

enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

Contudo a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. A tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, falando-se em fracasso escolar, no déficit de atenção, na hiperatividade e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno. Isto é cultura na escola, não se pensa como está acontecendo o processo ensino-aprendizagem e qual o papel do professor no referido processo. É necessário refletir sobre a educação em geral para pensar em incluir a pessoa com deficiência.

Há também que se lembrar que todos os alunos vêm com conhecimentos da realidade que não podem ser desconsiderados, pois fazem parte de sua história de vida, exigindo uma forma diferenciada no sistema de aprendizagem.

Entre os objetivos da inclusão, pode-se citar:

- Identificar as necessidades especiais presentes na população.
- Analisar a realidade do contexto social (em todos os contextos que o constituem)
- Promover os ajustes e implementar os suportes que se mostram necessários para atender ao conjunto dessas necessidades.
- Promover e favorecer a inserção imediata e contínua da pessoa com deficiência, na comunidade, independente do tipo de necessidade especial que apresente.

Para tratar da inclusão, faz-se necessário discutir a papel do Estado e as políticas públicas direcionadas à inclusão dos grupos que são excluídos,

porque não atendem aos padrões de normalidade impostos pela sociedade, assunto este, que será tratado no próximo capítulo.

## 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL

A discussão sobre políticas públicas de inclusão exige uma análise mais profunda dos grupos que são excluídos porque não correspondem aos padrões de normalidade aos quais estamos submetidos historicamente, que preconizam modelos estéticos de inteligência, de linguagem, de condição econômica e cultural.

É preciso mudar a realidade que exclui, que não permite ao cidadão usufruir do seu direito, no caso da inclusão escolar, que não tem acesso e permanência garantidos na escola, escola esta que demagogicamente é considerada "escola de todos".

Buscar a inclusão dos grupos tidos como "diferentes" é assumir a lógica excludente presente nas organizações sociais.

Para avançar na conquista de direitos dos excluídos, é necessário superar a desarticulação das políticas públicas de base na área social, possibilitando a unidade das ações que não são individuais. O Estado, será o mediador entre as diferentes instâncias e segmentos sociais para a integração entre municípios, ONGs, empresas privadas e outros segmentos sociais.

Para ter garantido esse papel do Estado, é necessário ter clareza das políticas públicas que estão em andamento, onde o Estado tem assumido o papel de executor, enfatizando sua neutralidade.

O perfil da sociedade atual, marcado por um projeto econômico e político global, se impõe e determina no contexto sócio cultural mudanças que estão comprometidas com essa lógica de organização e produção. Os valores impostos

pelo neoliberalismo que dão ênfase no indivíduo e nas competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Mesmo sofrendo pressão dessa política neoliberal, as instituições sociais criam espaço para discussão e superação da ordem dominante. A escola enquanto instituição social, imersa nesse contexto, fica também encarregada de promover a inclusão.

À escola, resta trabalhar com duas realidades contraditórias, preparar indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, ignorando as diferenças culturais e sócio-econômicas presentes no contexto de onde se originam esses sujeitos. Ao mesmo tempo tem também a função de formar o sujeito social, de acordo com as demandas do mercado consumidor, e ainda buscar soluções ao grande número de “desqualificados” que, por diversos motivos estiveram excluídos do acesso ao conhecimento exigido pelo mercado e que não se enquadram nos padrões exigidos pelo capitalismo mundial.

Portanto, é de competência da escola, ser um meio, um espaço de contestação da ordem vigente, trabalhando com projetos político-pedagógicos que propiciem discussões em torno dos padrões de exclusão, decorrentes do processo capitalista de produção.

Ações que envolvem todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem garantem a construção de linhas de ação mais direcionadas e com maior probabilidade de adesão desses sujeitos. Para uma educação democrática, o processo educacional precisa ser democratizado, daí a necessidade de reformulação curricular, formação continuada dos profissionais da educação, de modo a permitir uma reflexão sobre os desafios que se impõem à prática

pedagógica, diante da diversidade de necessidades apresentadas pelos alunos em sala de aula.

Essas ações podem oferecer subsídios que ampliem as possibilidades de reflexão e intervenção no fazer pedagógico, pois, segundo MITTLER (2003, p.13):

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão, são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o ceme da qualidade de viver experimentando por todas as crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, garante ao aluno com necessidades educacionais especiais, estar “preferencialmente” incluída, havendo quando necessário, serviços especializados na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Com a Resolução nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade na educação brasileira, como pode ser percebido no Art. 2º da Resolução supracitada: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”.

As mudanças são fundamentais para que se concretize a inclusão no Brasil, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino- aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Investir em novas tecnologias, em capacitação, atualização e sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional como forma de aprofundar as discussões teóricas e práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem.

Assessorar os professores para resolução de problemas no cotidiano, na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em consideração, a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses e suas idéias. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação. Enfim a concretização da inclusão requer uma transformação no sistema de ensino que

beneficie toda e qualquer pessoa levando em conta a especificidade do sujeito e não as suas deficiências e limitações.

Enfim, inclusão exige maior flexibilidade na organização curricular, na metodologia, nas formas de avaliação. O tempo, o ritmo do aluno são os parâmetros para a prática docente. Sob tal flexibilidade, está organizada a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade da educação básica que atende uma demanda excluída socialmente e sua organização permite a adaptação de alunos com diferentes ritmos, assunto que será tratado no capítulo posterior.

### 3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação é o processo por meio do qual os indivíduos se apropriam das práticas culturais tomando-se parte da sociedade em que vivem, identificando-se com ela e, ao mesmo tempo, diferenciando-se, tornando-se indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, a forma predominante de educação é a escolar.

Numa sociedade, marcada pela exclusão e por uma educação escolar pautada na dominação e no controle do indivíduo, qualquer intenção de formação humana voltada para a emancipação deve tomar como objetivo uma formação cultural voltada para a “auto-reflexão crítica”. Assim, deve-se pensar na possibilidade de uma formação que leve em consideração, a capacidade do indivíduo tornar-se autônomo, intelectual e moralmente, capaz de compreender as condições histórico-sociais da sociedade em que vive de forma crítica e reflexiva. Conforme FREIRE (1995, p. 14)

(...) Educação Popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na Pedagogia do Oprimido, “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador.

Nos últimos anos as políticas educacionais estiveram preocupadas com a universalização do acesso à educação, porém o resultado atingido foi o aumento do acesso, classes menos favorecidas tiveram garantido seu ingresso nas escolas, mas não conseguiram permanecer e obter progresso. O fato é que a universalização da educação, mudou a panorama no interior da escola, alunos vindos de classes sociais menos favorecidas econômica e culturalmente chegam na escola e se deparam com um universo muito diferente daquele a que estavam

acostumados. Os professores, preparados academicamente para transmitir saberes, não conseguem atingir esses alunos.

Buscar a universalização da educação é incluir os que a ela não tiveram acesso ou não obtiveram sucesso, nessa perspectiva jovens e adultos não escolarizados devem ser também sujeitos envolvidos nesse processo, mesmo que estejam inseridos numa cultura diferenciada. É de se esperar que diferentes culturas valorizem diferentes situações e a escola precisa trazer situações próprias do contexto onde está inserida. No entanto, trazer simplesmente situações da vida para a escola não garante qualidade. A escola tem trabalhado basicamente na transmissão de conteúdos. Se tais conteúdos forem tratados simplesmente como informações, não levando o educando a operar sobre eles para chegar a uma compreensão, o trabalho escolar não estará garantindo o desenvolvimento cognitivo dos educandos, portanto a qualidade estará comprometida.

Ensinar a aprender, parece ser o maior problema dos profissionais da educação, especialmente os que atendem a educação de jovens e adultos, dada a escassa produção bibliográfica e pesquisa nessa área, e o que se observa no processo de ensino contemporâneo, em todos os níveis de ensino, é uma certa “indecisão” do professor quanto ao seu posicionamento face aos caminhos que ora segue o processo educacional.

Na educação do novo milênio é preciso deixar para trás o velho paradigma no qual defendia-se o ensinar como um fim em si mesmo, com o educando recebendo passivamente um conhecimento fragmentado, padronizado, para ser memorizado, oferecido por um professor emissor em obediência a um currículo estático e linear.

Quando a escola se organiza centrando todo o processo ensino-aprendizagem no professor que transmite e “deposita” nos alunos um conhecimento que segue uma graduação lógica, fica evidente a concepção “bancária” da educação, definida por FREIRE (1970, p. 55) onde:

(...) a única margem de ação que oferece aos educandos é a de receberem depósitos guardá-los e arquivá-los, dando margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (...) Educador e educando se arquivam na medida em que, nessa distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.

Logo, é preciso enfrentar esse novo milênio, em que o conhecimento é a moeda corrente, criando-se um novo paradigma no qual aprender é um meio para desenvolver novas competências, com o educando participando ativamente da construção do seu conhecimento.

Então o papel da escola toma outra dimensão, o trabalho pedagógico deve estar centrado em situações desafiadoras que contribuam para desencadear processos de reflexionamento, no sentido de possibilitar a construção do pensamento operatório formal. Essas situações desafiadoras permitem que o sujeito aja sobre o objeto a ser conhecido, possibilitando o desencadeamento dos processos de assimilação e acomodação que permitem novas e superiores estruturas mentais. Conforme BECKER (1993, p. 62):

Na concepção piagetiana, o conhecimento não se transmite, constrói-se. Esta construção ocorre por força da ação do sujeito sobre o objeto – ou meio físico e social – e pelo retorno ou repercussões desta ação sobre o sujeito. O conhecimento dá-se por interação ou pelas trocas do organismo com o meio. A ação do sujeito sobre o objeto é entendida como ação assimiladora que transforma o objeto. (...) A acomodação é ação transformadora do sujeito sobre si mesmo.

Portanto, aprender do ponto de vista da Educação de Jovens e Adultos, é um processo de informar-se, um processo de reagir às condições adversas que os impediu (ou ainda os impede) de freqüentar o ano letivo normal.

Por isso, o ensinamento que lhes é ofertado, necessita fazer parte dos sistemas educacionais das nações democráticas. Uma proposta de educação que vise contribuir para a formação cidadã de jovens e adultos, precisa estar pautada em eixos como gestão democrática e princípios de convivência. Isso implica em que o acesso de todos à educação, além de lhes ser facilitado, tenha o mais importante: qualidade e respeito às diferenças. O que implica num perfil e organização que sejam próprios para educação básica de jovens e adultos, como pontua DI PIERRO (2001, p.71):

A experiência internacional recomenda flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de aprendizagem informais e formais, combinando meios de ensino presenciais e a distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente, mediante trajetórias formativas.

Buscando atender esta demanda, a EJA é uma modalidade de ensino que teve início no Brasil, com a chegada dos jesuítas, tendo ao longo da história diferentes objetivos conforme o cenário sócio-político em que estava inserida. Assunto que será abordado no próximo capítulo.

#### **4 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Em toda a história do Brasil nunca houve uma política pública voltada para a educação de adultos. Durante o período Colonial, o que havia era uma educação de cunho religioso, monopólio jesuítico que tinha o objetivo de professar as idéias da igreja católica e impor a cultura européia.

A partir do século XVI , a preocupação das elites era com o aumento do número de escravos, pois isso significava aumento do poder econômico, justificando o descaso com o investimento em educação. Observa-se, durante quase quatro séculos, o domínio da cultura dos brancos, cristãos e alfabetizados sobre a cultura dos índios, negros e analfabetos. Constata-se também, ao longo da história do Brasil, o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente.

No século XIX, sob forte influência da cultura européia, são aprovados no Brasil projetos de leis que enfatizam a obrigatoriedade da educação de adultos, atendendo a interesses das elites e com o objetivo de aumentar o contingente eleitoral. Os modelos pedagógicos então adotados não eram adequados para alfabetização de adultos. A maioria dos educadores que atuavam eram leigos e tinham como tarefa apenas ensinar a decodificação da escrita.

Politicamente, existia a necessidade de ampliar ainda mais as bases eleitorais, e com o início do desenvolvimento industrial, ambos contribuíram para a valorização da educação. O analfabetismo era considerado um “mal nacional”, sendo imprescindível o domínio da leitura e escrita, para entendimento e execução das técnicas de produção.

Somente após a segunda Guerra Mundial a educação de adultos passa a ser entendida como uma educação diferente do ensino regular. Esse período ficou fortemente marcado por campanhas de alfabetização, Movimento de Educação de Base (MEB) Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Plano Nacional de Alfabetização.(PNA) Todos esses movimentos tiveram influência de Paulo Freire, o primeiro educador a pensar a educação de adultos com características específicas, difundindo essas idéias em todo o Brasil.

Paulo Freire idealiza uma pedagogia voltada para essa demanda, pensa uma educação de adultos com caráter de educação libertadora, conscientizadora. Porém o golpe militar suprimiu a elaboração de qualquer plano nessa perspectiva.

O governo militar, ditatorial, por volta de 1967, cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Poucos foram os avanços durante esse período: dos quarenta milhões de pessoas que durante 15 anos freqüentaram o MOBRAL, apenas 10% foram alfabetizadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 5692/71 atribuiu um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer Nº. 699/72 CNE (Conselho Nacional de Educação) regulamentou os cursos supletivos seriados e os exames com certificação. A organização curricular e a matriz do ensino supletivo seguiam a proposta curricular do ensino regular, porém de forma compactada.

O ensino supletivo foi apresentado, a princípio, como uma modalidade temporária, de suplência, para os que necessitavam comprovar escolaridade no trabalho e para os analfabetos. Porém, tornou-se uma forma de ensino permanente, necessária para atender uma demanda que veio aumentando a cada

ano. Essa modalidade foi considerada como uma fonte de soluções, ajustando-se cada vez mais às mudanças da realidade escolar.

Em 1985, o MOBRAL foi extinto, sendo estigmatizado como modelo de educação domesticadora e de baixa qualidade. O MOBRAL sufocou todos os outros movimentos existentes. Foi criada a Fundação Educar<sup>1</sup>, que sobreviveu até 1990, um ano após a criação da Comissão Nacional de Alfabetização, que foi inicialmente coordenada por Paulo Freire. Passado esse período, o governo federal omite-se e sai do cenário educacional, ocorrendo a cessação dos programas de alfabetização até então existentes, sem incentivo a criação de novos.

Ao longo da história, a falta de investimento, tanto financeiro como em pesquisas na educação brasileira, especialmente no ensino regular, gerou um aumento da demanda para a educação de jovens e adultos, a qual não teve atendimento com proposta adequada, uma vez que essa modalidade tinha função supletiva, com funcionamento provisório.

Com a “Nova República” redefinem-se as normas jurídicas e políticas da educação. A Constituição de 1988 estabelece educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira N°. 9394/96, assegura em seu Art. 37 "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". E no § 1º "Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos

---

<sup>1</sup> Fundação Educar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos. Substitui o MOBRAL no governo da Nova República. Ficou subordinada a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus.

jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames". Extinguiu assim, o ensino supletivo passando a tratar da Educação de Jovens e Adultos, permitindo a oferta por meio de cursos e exames. Definindo três funções para essa modalidade de ensino: **Função reparadora**: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos. **Função equalizadora**: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura. **Função qualificadora**: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de

adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Atendendo aos dispositivos legais que determinam políticas e ações para EJA, o Estado do Paraná também dedicou-se ao tema, como será apresentado no próximo capítulo.

## **5 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARANÁ**

Desde a aprovação da LDBN 9394/96, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná buscou formas para adequar-se às novas exigências legais, ofertando inicialmente, EJA normatizada como se fosse a distância, conforme previa a Deliberação Nº. 12/99 Conselho Estadual de Educação (CEE) e, posteriormente, reparando o equívoco ocorrido na interpretação da lei, o CEE através da Deliberação Nº. 08/00, reconhece a possibilidade de ofertar EJA na forma de curso presencial e semipresencial e a distância.

Apesar de estar vigente uma legislação que garante o acesso e permanência à educação a todos os cidadãos, dados estatísticos mostram que a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, não têm esse acesso garantido, pela ausência de políticas públicas eficientes.

Atualmente, no Paraná, 649.705 (Fonte: PNDA- Paraná 1999 – Tabela 6.2 – CIE – Paraná) pessoas maiores de 15 anos são analfabetos, e 342.590 (Fonte: MEC/SEEC – SEED/FUNDEPAR) alunos matriculados no ensino regular estão em distorção idade/série. Esses alunos, após reprovações sucessivas, são encaminhados para Educação de Jovens e Adultos, que faz a oferta por meio de cursos, seja presencial, com 58.504 (Fonte: DIE/SEED – 12/03/04) matrículas, ou semipresencial, com 181.841 matrículas (Fonte SABI –2004) , na rede pública estadual. Há também atendimento pela rede pública municipal e pela rede privada. No ano de 2004, os Exames Supletivos do Paraná tiveram 50.494 inscritos (Fonte: CELEPAR - 2004).

Os programas de alfabetização de jovens e adultos e idosos, além de se manterem em nível nacional, ainda estão presentes no Estado do Paraná, com o Programa Paraná Alfabetizado, que é um desmembramento do Programa Brasil Alfabetizado, embora muitas críticas existam sobre tais programas, que segundo HADDAD (1994, p. 102)

Parecem ainda, não ter continuidade e nem estabilidade e esquecer que os processos de ensino aprendizagem são complexos e, que por isso mesmo, exigem professores bem preparados e não se sustentam apenas com compromissos políticos.

É possível assim, reconhecer a fragilidade de tais programas que não garantem a finalização da escolarização desta demanda, uma vez que não garantem certificação dos educandos.

Os cursos presenciais, na rede pública estadual, são ofertados em escolas estaduais no período noturno. O Ensino Fundamental Fase II e o Ensino Médio estão divididos em quatro etapas, cada etapa com duração de um semestre, havendo uma correspondência entre séries e etapas. A Matriz Curricular contempla disciplinas da Base Nacional Comum e a matrícula é feita por disciplina, com avaliação no processo, adotada a progressão continuada.

Os cursos semipresenciais ofertados pelos CEEBJAs, com matrícula por disciplina, tendo momentos presenciais e não presenciais. Os CEEBJAs ofertam Ensino Fundamental Fase I, Fase II e Ensino Médio. A Matriz Curricular contempla disciplinas da Base Nacional Comum, existindo avaliações no processo e uma avaliação estadual final, conforme prevê a Resolução 001/2000 CNE em seu artigo 10. Para atender essa exigência legal, a SEED mantém um Banco Estadual

de Itens<sup>2</sup>, que deve ser continuamente alimentado pelos professores da rede pública estadual, que atuam nos CEEBJAs semipresenciais.

Além dessas ofertas, o Paraná mantém projetos que atendem pessoas em conflito com a lei, sejam elas condenadas a penas alternativas ou em processo de julgamento (Projeto Girassol). Alunos em privação de liberdade e menores em cumprimento de medidas sócio-educativas, são atendidos em CEEBJAs e PACs. Os alunos com necessidades educacionais especiais também fazem parte da demanda atendida pela EJA.

O universo da EJA contempla diferentes culturas, nesse sentido o educando passa a ser visto como sujeito sócio-histórico-cultural, com conhecimentos e experiências acumuladas, por isso a EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos. Nesta perspectiva, há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos e os limites e possibilidades de cada educando devem ser respeitados. Portanto o grande desafio dessa modalidade, é dar ênfase ao educando, atendendo suas necessidades individuais e construindo propostas viáveis para que o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos estejam assegurados.

---

<sup>2</sup> Banco Estadual de Itens Sistema on-line, onde professores da EJA semipresencial inserem questões para elaboração da avaliação final. Disponível no Sistema de Acompanhamento e Banco de Itens (SABI)

## 6 - O PROCESSO DE INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS

A política de educação inclusiva, mostrou-se no cenário da educação mundial, como um desdobramento da filosofia de “educação para todos”. Em 1994, sob a coordenação da UNESCO, entidades educacionais do mundo inteiro redigiram a Declaração de Salamanca, na qual foram apontadas as necessidades dos países reverem suas bases metodológicas e filosóficas das políticas educacionais, no sentido de procurar garantir educação e cidadania para todos: as pessoas com deficiência têm garantido o seu direito a atendimento educacional como os demais membros da comunidade.

A Declaração de Salamanca (UNESCO & MEC, 1994, 7) aponta como princípio básico :

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Assim, defende que todos possam estudar/aprender juntos, e que devem ser criados mecanismos para que se respeitem as diversas necessidades do portador de deficiência, que deve ser atendido na comunidade.

A Declaração de Salamanca, (UNESCO & MEC, 1994, 11) faz referência a necessidade de atendimento ao adulto com deficiência:

Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve

acesso à educação. Portanto, um esforço concentrado é requerido no sentido de se promover a alfabetização e o aprendizado da matemática e de habilidades básicas às pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação de adultos.

Pode-se aproximar os princípios do movimento de integração e inclusão da pessoa com deficiência ao movimento da antipsiquiatria, propondo o fim das instituições fechadas. Ainda se tem uma visão dicotomizada e dualista do pensamento cartesiano: normais versus anormais, ensino regular versus educação especial.

O sistema de integração utilizado no contexto brasileiro deriva do sistema norte-americano que inclui a pessoa deficiente em um “compartimento definido” do qual dificilmente será remanejado, a não ser após um longo psicodiagnóstico.

Este sistema de integração traz no cerne a visão de que a inclusão na sociedade regular somente trará benefícios para um determinado grupo de deficientes, contribuindo para uma espécie de “malha fina” que divide as pessoas em grupos que devem pertencer à sociedade regular e grupos que devem receber uma atenção especial.

A inclusão estaria mais associada a uma proposta de ordem social, cuja meta é incluir desde o princípio aquela parcela da população que, historicamente, já vem sendo excluída, cujo impacto é considerável porque supõe a abolição completa dos serviços segregados.

Essa idéia de fusão entre educação regular e educação especial, propõe uma nova formação de educadores especializados em vários domínios (leitura, matemática, linguagem não-verbal, ciências e sistema braille) que estariam à disposição das necessidades e habilidades de todos os interessados.

A dicotomia educação versus saúde só poderá ser ultrapassada a partir de uma reconstrução histórica deste panorama capitalista que recorta o corpo e multifaceta pelos diversos saberes. A ótica higienista esteve a favor do controle e da docilidade dos corpos que precisavam ser moldados à nova ordem econômica burguesa, uma visão preventiva e normativa da medicina, absorvida por outros campos de saberes, como a Pedagogia.

Hoje, são muitas as tentativas de superação desta dicotomia com o objetivo de integrar mente e corpo em um enfoque totalizador para a simultaneidade reflexiva dos diferentes profissionais que se dedicam à inclusão do deficiente.

Somente através de um novo caminho, de um novo eixo de intervenção, de desconstrução de discursos, de tramas, de histórias de normalidade e anormalidade, de exposição de metáforas de coisificação e alienação, estes profissionais emergentes deste novo inter-intra saber poderão modificar sua ótica de entendimento das questões relativas ao diagnóstico e acompanhamento do portador de deficiência.

A pesquisa bibliográfica mostra que a inclusão do jovem e/ou adulto com necessidades especiais deve ser parte da educação geral, considerando prioritários os objetivos de oferecer-lhe as condições que favoreçam sua integração social aliada a realização pessoal.

Observa-se, no entanto, que há um problema recorrente em sistemas educacionais, mesmo naqueles que provêem excelentes serviços, para jovens e adultos portadores de deficiência: a falta de modelos para estes educandos, pois eles precisam ter um padrão para seus próprios estilos de vida e aspirações com base em situações realistas. Além disso, jovens e adultos com necessidades

especiais deveriam ser preparados e providos de exemplos de atribuição de poderes e liderança à deficiência de forma que eles possam auxiliar no modelamento de políticas que irão afetá-los futuramente.

## 7 - CONCLUSÃO

A atual organização da escola, as formas de ensinar e aprender, os modelos de avaliação utilizados, não estão garantindo o sucesso dos alunos. Fato que pode ser comprovado através do aumento significativo da demanda na educação de jovens e adultos.

Esses alunos que não concluíram a educação básica, porque a ela não tiveram acesso ou porque não conseguiram sucesso, acabam sendo excluídos porque não encontram possibilidade de participar de uma sociedade letrada.

Para uma pessoa sem escolarização, as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho é praticamente inexistente, os poucos que conseguem um emprego, correm o risco de perdê-lo caso não concluam no mínimo a educação básica.

Diante desse quadro, fica evidente que jovens e adultos que estejam no mercado de trabalho ou que nele estejam ingressando, e ainda não concluíram a educação básica, deverão retornar aos bancos escolares, ou estarão excluídos desse mercado competitivo e, portanto sem condições de conseguir viver dignamente.

Pessoas com deficiência, também têm o direito de uma vida digna, inclusive direito ao trabalho, que é a forma de humanização do homem. Porém, para pleitear uma vaga nesse mercado, é necessário a conclusão da escolarização básica.

Muitas pessoas com necessidades educacionais especiais passaram grande parte de suas vidas em escolas especiais ou estiveram por um tempo em

escolas regulares, mas como não se enquadraram ao modelo pré-determinado, abandonaram a escola, geralmente depois de um grande número de reprovações.

Portanto, pessoas que, por motivos sociais ou por deficiências, não se adaptaram ao modelo imposto pela escola e quando atingem a juventude ou a vida adulta passam a ser excluídos da sociedade, passam a ser atendidos pela educação de jovens e adultos, vendo nessa modalidade de educação, uma nova oportunidade.

Dessa forma, é essencial que a EJA tenha uma organização própria que atenda as características desses educandos. Flexibilidade de tempo, de currículo, formas diferenciadas de avaliação, são questões fundamentais para respeitar a diversidade desses educandos.

Além dessas características quanto a organização da EJA, o professor que vai atuar nessa modalidade, precisa estar ciente que seu trabalho será voltado a alunos que se encontram numa situação de exclusão, por isso além de proporcionar situações que permitam aos educandos a construção de novos e significativos conhecimentos, terá a função de restabelecer a auto-estima dos alunos, contribuindo para que não abandonem novamente a escola e enxerguem novas e melhores possibilidades de vida.

É preciso considerar que tais educandos já possuem uma expressiva bagagem de conhecimentos adquirida ao longo de suas vidas que permitem a solução de problemas do dia a dia. Esses conhecimentos de senso comum serão aprimorados e permitirão o avanço para o conhecimento científico, através de um trabalho comprometido e ético dos educadores.

Educadores comprometidos com o trabalho na educação de jovens e adultos, especialmente com o atendimento de educandos com necessidades especiais, têm um vasto campo para pesquisa, pois a produção bibliográfica e a pesquisa ainda é bastante tímida nessa área, daí a dificuldade de encontrar material para o trabalho aqui apresentado.

Após analisar as características, funções e propostas de trabalho na educação de jovens e adultos, e conhecer conceitos e objetivos da inclusão, pode-se concluir que as propostas de organização da EJA, facilitam o atendimento de alunos com necessidades especiais, pois há maior possibilidade de respeito ao tempo do educando, maior flexibilidade na organização curricular, nos meios e formas de atendimento. Ainda o fato, de muitos alunos já ter vivenciado situações de preconceito, há maior possibilidade de aceitar e contribuir na formação de pessoas que se encontram a margem da sociedade porque fogem do padrão estabelecido socialmente como normal.

Vale considerar ainda que, os educandos com necessidades educativas especiais estão respaldados legalmente pela Deliberação N°. 02/03 CEE, no que se refere à terminalidade específica, como forma de certificação aos que não atingirem o exigido no nível fundamental, possibilitando o encaminhamento para EJA e a inserção no mercado de trabalho.

## 8 - REFERÊNCIAS

- Becker, Fernando. **A Epistemologia do Professor. O cotidiano da escola**. Petrópolis. Vozes. 1993.
- BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989. Estabelece normas gerais que asseguram os direitos das pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Brasília. Senado Federal, 1989
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Cadernos de Educação Básica. Brasília, 1994.
- BRASIL Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Volume 1. Brasília, 2002.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Parecer nº01 de 12 de novembro de 1996. Projeto de Reestruturação dos Cursos de 1º e 2º graus Supletivo. Função suplência de Educação Geral, ofertadas pelos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, a partir do início do 1º semestre do ano de 1997.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 08 de 15 de dezembro de 2000. Estabelece normas para a educação de jovens e adultos - Ensino Fundamental e Médio.

- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 010 de 4 de dezembro de 1996. Proposta Curricular, em caráter experimental para os cursos supletivos de 1º e 2º graus. Função suplência de Educação Geral, Fases I, II e III estruturados em blocos de disciplinas.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 012 de 3 de setembro de 1999. Normas para a educação de jovens e adultos - Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 016 de 8 de dezembro de 1995. Normas para o funcionamento dos CES/NAES.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 05/02 de 15 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o funcionamento de cursos de educação à distância de educação de jovens e adultos - Ensino Fundamental e Médio.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Deliberação nº 02-03 de 02 de junho de 2003. Estabelece as normas para Educação Especial.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CEB nº 11 de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 01 de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001. Estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.
- DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos** . Educação e Pesquisa, São Paulo. 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Artes Médicas, 1970.
- FREIRE, Paulo in: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José, org. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez, 1995
- FREIRE, Roberto. **A liberdade de ser você mesmo. Viva Feliz**. Europa. São Paulo. 2000.
- HADDAD Sérgio. **Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil. Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. Anais. Brasília, INEP, 1994.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva.Contextos Sociais**. Porto Alegre. Artmed, 2003.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2ª ed.. Marília SP. Loyola. 1983
- UNESCO & MEC – Espanha. Declaração de Salamanca e linha de ação. Brasília: CORDE, 1994.